



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

161

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.322557-4

COMARCA: Recife/PE - 12ª Vara Cível

APELANTE: Paulo Santana de Oliveira

APELADO: Cirucor Clínica e Cirurgia do Coração e Tórax LTDA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS MÉDICOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO INCONTROVERSA. REALIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO CIRÚRGICA POR MÉDICO NÃO CREDENCIADO PELO PLANO DE SAÚDE DO CONSUMIDOR. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CONTRA O PLANO DE SAÚDE QUE NÃO TEM O CONDÃO DE EXIMIR O RÉU DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE O ASSISTIU. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso, acima referenciado, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão desta data, à unanimidade de votos, em **NEGAR** provimento a Apelação Cível, tudo nos termos dos votos, da ementa e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 11 de

de 2014

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator

mc



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.322557-4

COMARCA: Recife/PE - 12ª Vara Cível

APELANTE: Paulo Santana de Oliveira

APELADO: Cirucor Clínica e Cirurgia do Coração e Tórax LTDA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

Trata-se de Apelação Cível (fls.121/135) interposta por Paulo Santana de Oliveira nos autos da Ação de Cobrança nº 0025394-07.2013.8.17.0001 ajuizada por Ciricor Clínica e Cirurgia do Coração e Tórax LTDA visando a condenação da parte Apelante ao pagamento do valor corrigido do cheque pago em razão da prestação de serviços médicos em favor da esposa do Apelante.

DA SENTENÇA DE 1º GRAU:

- Dispositivo sentencial constante às fls. 93/94 dos autos, *ipsi litteris*:

“ POSTO ISSO, RESOLVO JULGAR
PROCEDENTE A PRETENSÃO ENTABULADA
NA VESTIBULAR PARA CONDENAR O
SUPPLICADO A PAGAR AO SUPPLICANTE A
QUANTIA DE R\$ 12.400,00, DEVIDAMENTE
CORRIGIDA PELOS ÍNDICES DA TABELA DO

mc

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ENCOGE, A PARTIR DO VENCIMENTO DO TÍTULO E ACRESCIDO DOS JUROS LEGAIS A PARTIR DA CITAÇÃO. CONDENO AINDA A RESTITUIR AO POSTULANTE O MONTANTE ANTECIPADO A TÍTULO DE CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA, DEVIDAMENTE CORRIGIDO E A ARCAR COM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. POR ENTENDER CARACTERIZADA A PRÁTICA DE DELITO PREVISTO NO CÓDIGO PENAL, DETERMINO A EXTRAÇÃO DE CÓPIAS DOS AUTOS E A REMESSA À PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL A FIM DE SEREM ADOTADAS AS MEDIDAS CABÍVEIS. PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÕES EM AUDIÊNCIA. REGISTRE-SE. *E como nada mais havia a registrar, determinou o MM. Juiz de Direito que encerrasse o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, Flávio Caldas, _____, Assessor, e pelos demais presentes, subscrito.*

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se."

FUNDAMENTOS DO RECURSO DE APELAÇÃO:

O Apelante defende que a sentença objeto desta Apelação não deveria ter sido julgada em audiência preliminar de conciliação,

mc



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

agredindo os princípios do contraditório e da ampla defesa. Ainda, afirma que o juiz deveria ter reconhecido a conexão entre este processo e a ação de obrigação de fazer movida em face da MEDIAL SAÚDE S/A, já que têm o mesmo objeto, qual seja, o pagamento dos honorários médicos.

Ainda, afirma ter emitido o cheque como caução, já que a esposa estava correndo risco de morrer se não realizasse o procedimento cardíaco.

Pugna, assim, pelo provimento do presente recurso para que a sentença seja reformada, acatando-se a preliminar de conexão. Alternativamente, caso a preliminar seja superada, pugna pela reforma da sentença para que os pedidos da exordial sejam julgados improcedentes.

CONTRARRAZÕES:

- Em contrarrazões as Apeladas rebatem os argumentos aduzidos nos recursos, requerendo, por fim, o seu não provimento.

É o relatório.

A Douta Revisão.

Recife, 29 de abril de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

162

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.322557-4

COMARCA: Recife/PE - 12ª Vara Cível

APELANTE: Paulo Santana de Oliveira

APELADO: Ciricor Clínica e Cirurgia do Coração e Tórax LTDA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

VOTO PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA -
CERCEAMENTO DE DEFESA

Inicialmente, a parte Apelante defende a ocorrência de cerceamento de defesa pelo fato de o Juiz ter sentenciado o processo em audiência, porém, a tese não deve prosperar.

Sabe-se que compete ao juiz decidir sobre a produção das provas requeridas pelas partes, devendo afastar as diligências que se mostrarem inúteis ou desnecessárias, sem que isso implique em ofensa aos ditames processuais ou aos princípios do contraditório e da ampla defesa, outrossim, entendendo o magistrado que os documentos e elementos já constantes dos autos bastam à formação do seu convencimento, é de todo possível o julgamento antecipado da lide, nos termos dos arts. 130 e 330, I, do CPC.

Assim, rejeito a preliminar ventilada.

Recife, 11 de  de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator

mc



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

163

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.322557-4

COMARCA: Recife/PE - 12ª Vara Cível

APELANTE: Paulo Santana de Oliveira

APELADO: Ciricor Clínica e Cirurgia do Coração e Tórax LTDA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

PRELIMINAR DE EXISTÊNCIA DE CONEXÃO ENTRE A AÇÃO DE
COBRANÇA E A AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

A parte Apelante defende a existência de conexão entre esta ação e a ajuizada por ele contra a MEDIAL SAÚDE S/A a fim de ser reembolsado do valor pago a título de honorários médicos, afirmando que tais ações têm o mesmo objeto e, por isso, devem ser julgadas conjuntamente.

Pois bem!

A tese não deve prosperar.

O artigo 103 do CPC diz que "reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir."

No caso das ações em comento, nem o objeto e nem a causa de pedir são semelhantes, senão, vejamos.

A ação de cobrança se originou de um cheque, sem fundos e prescrito, assinado pela parte Apelante para o pagamento de honorários médicos a parte Apelada.

mc

5



164

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Já a ação que o Apelante defende ser conexa, originou-se da relação jurídica que o mesmo tem com o plano de saúde MEDIAL SAÚDE, relação estranha ao Apelado, e tem como objeto o pedido de reembolso do valor supostamente pago ao Apelado.

Assim, não vejo a necessidade de julgamento conjunto das ações, pois ausente os requisitos da conexão.

Face ao exposto, rejeito a preliminar.

Recife, 11 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



165

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.322557-4

COMARCA: Recife/PE - 12ª Vara Cível

APELANTE: Paulo Santana de Oliveira

APELADO: Ciricor Clínica e Cirurgia do Coração e Tórax LTDA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE MÉRITO

A discussão travada nos autos, conforme dele se verifica, é a exigibilidade da cobrança do cheque emitido pelo Apelante, no valor de R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais), em favor da parte Apelada.

A defesa do Recorrente pauta-se no argumento de que o plano de Saúde ao qual é associado, qual seja, MEDIAL SAÚDE S/A, deveria pagar as despesas referentes à cirurgia feita pela sua esposa para a correção da insuficiência mitral.

Pois bem!

Penso que a tese defendida pelo Sr. Paulo não deva prosperar.

No caso em apreço, o Apelante emitiu um cheque em favor da equipe cirúrgica e depois solicitou o seu reembolso junto ao plano de saúde, tendo sido negado pela seguinte justificativa: "contrato não é livre escolha; contrato excluído na data do evento; GIH liberada para corpo clínico do hospital credenciado".

Ora, como se vê, a relação jurídica entre a parte Apelante e a equipe médica, ora Apelada, não tem nenhuma ligação com o plano de
mc



166

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

saúde, tendo a parte escolhido livremente a equipe médica que faria tal procedimento.

O plano de saúde autorizou o procedimento e emitiu a guia de internação hospitalar para o corpo clínico do hospital credenciado, mas o Apelante preferiu escolher o médico que faria o procedimento na sua esposa.

Ainda, a circunstância de o Apelante ter ajuizado ação contra seu plano de saúde (Medial S/A), pretendendo o ressarcimento das despesas relativas à intervenção cirúrgica de urgência, não exclui a possibilidade de o autor, na condição de equipe médica prestadora do serviço, não credenciada do plano, cobrar seus honorários médicos.

Ademais, a Apelante reconheceu que houve a prestação de serviços por médico não credenciado do plano. Trata-se, assim, de fato incontroverso e que não depende de outras provas. Uma vez tendo sido prestado o serviço, faz jus o Autor/Apelado à remuneração correspondente, sem prejuízo de o réu, no processo próprio, obter o ressarcimento.

Face ao exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 11 de julho de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Cabinete do Des. José Fernandes de Lemos

APELAÇÃO CÍVEL Nº 322557-4

APELANTE(S): PAULO SANTANA DE OLIVEIRA

APELADO(S): CIRICOR CLINICA E CIRURGIA DO CORAÇÃO E TÓRAX S/S LTDA

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

5ª CÂMARA CÍVEL

DESPACHO

Trata-se de APELAÇÃO interposta contra sentença que julgou procedente a ação sumária de cobrança de cheque proposta por CIRICOR CLINICA E CIRURGIA DO CORAÇÃO E TÓRAX S/S LTDA contra PAULO SANTANA DE OLIVEIRA.

A referida ação, por força de expressa previsão contida no artigo 275, inciso I, do Código de Processo Civil, foi ajuizada sob o rito sumário em seu, uma vez que a cobrança do cheque emitido no valor de R\$12.400 (doze mil e quatrocentos reais), não ultrapassa o limite legal de 60 (sessenta salários mínimos).

Em casos tais - recursos interpostos nas causas de procedimento sumário -, a legislação processual em vigor dispensa a figura do revisor, nos precisos termos do artigo 551, §3º, do Código de Processo Civil e do artigo 76, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça.

Posto isto, devolvo os autos à Diretoria Cível para inclusão do feito em pauta de julgamento.

Recife, 02 de junho de 2014.

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUINTA CÂMARA CÍVEL – 11/06/2014
APELAÇÃO Nº 322557-4 – RECIFE
APELANTE: PAULO SANTANA DE OLIVEIRA
APELADO: CIRUCOR CLÍNICA E CIRURGIA DO CORAÇÃO E TÓRAX S/S
LTDA.
RELATOR: DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
REVISOR: DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

RELATÓRIO: FLS. 150/152 DOS AUTOS.

DOUTOR GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI (ADVOGADO
OAB/PE 16104, REPRESENTANDO O APELANTE)

Doutor José Fernandes,
Doutor Agenor,
Doutor Roberto,
Demais presentes,

A esposa do Apelante teve um problema numa válvula mitral, que exigia uma peça específica.

O Doutor Pedro Salerno, que é um grande cirurgião e é o dono da CIRUCOR, faria a operação, mas precisava da autorização do Plano de Saúde. O Plano de Saúde autorizou o hospital, mas não autorizou a parte de honorário médico, e ele exigiu um cheque caução.

Havia duas hipóteses para o Apelante: fazer o cheque caução ou deixar a esposa morrer. Bom, entendo que ele agiu corretamente.

Feita a cirurgia, a determinada senhora está bem de saúde, graças a Deus e à competência do Doutor Pedro Salerno, dono da CIRUCOR, e entramos em negociação. A MEDIAL efetivamente pagou ao hospital e devolveu o cheque caução.

O Advogado da CIRUCOR definiu que botaríamos uma ação contra a MEDIAL, que é uma ação que peço a conexão, na qual o valor dos honorários médicos seriam transferidos para o Doutor Pedro Salerno. Esse é o ponto.

A ação na 16ª Vara, ela está conclusa para sentença há mais de 16 meses, que é a ação que peço a conexão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Infelizmente, por razões de excesso de trabalho, por qualquer outro motivo, ainda não foi julgada. Se o tivesse sido, teria sido antes, inclusive, desse ajuizamento dessa ação.

Bom, foi colocada a ação – duas linhas de defesa óbvias: uma extremamente simples, que é a que vou tratar depois, e a primeira, que era a questão da conexão, que entendo que é perfeitamente cabível, tendo em vista que o valor discutido na outra ação é exatamente os honorários para ser pagos ao Senhor Pedro Salerno e à CIRUCOR. E a segunda é o entendimento do STJ.

Só queria fazer uma observação, Doutor Agenor, no final da sentença: o Apelante é um Policial Federal, que veio a se aposentar depois de 35 anos de serviço, poderia ter ficado um pouco mais, justamente devido à parte final da sentença, 35 anos de uma carreira imaculada e a sentença, ao final, ele coloca: *Remessa dos autos à Promotoria de Justiça Criminal, a fim de serem adotadas as providências cabíveis*. No sentido de que havia crime porque foi emitido um cheque sem lastro.

Quando se vai analisar o pedido da outra ação, tem: que seja oficiada à CIRUCOR, para conhecimento da presente decisão, e, ao mesmo tempo, juntar aos autos o cheque do Banco do Brasil nº tal, que é justamente o cheque em discussão.

E o outro caminho de defesa é o caminho que o STJ adota e vários Tribunais adotam. Vou ler alguns dos trechos:

Não é razoável em cheque dado como caução para tratamento hospitalar ignorar sua causa, pois acarretaria desequilíbrio entre as partes. O paciente, em casos de necessidade, quedar-se-ia à mercê do hospital e compelido a emitir cheque, no valor arbitrado pelo credor.

Outro julgado:

Situação emergencial vivida pelo Autor, (no caso, a esposa dele). Abusividade configurada, pois coloca em risco o objeto da avença. Incidência das regras do Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade da Ré Amil, ao custeio integral das despesas médicas hospitalares. Exigência de cheque caução pelo hospital que é considerada prática abusiva.

E um último que considero ainda mais interessante, que inverte a questão penal:

Cheque (caução) firmado no ato da internação de paciente que está eivado de vício de consentimento (estado de perigo artigo 156 do Código Civil) – Violação à Resolução nº 44, de 2003, da Agência Nacional de Saúde conduta tipificada, no artigo 135-A, do Código Penal. Execução nula. Abusividade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Então, esses são os dois pontos que estamos debatendo: 1º - que há conexão com a outra ação, porque se discutia com a MEDIAL exclusivamente o pagamento dos honorários justamente para a CIRUCOR. E o douto Julgador não acatou. 2º - Em estado no qual o cidadão não tem escolha, a pessoa especializada, em Recife, não sei se é verdade, que é esse Cirurgião Cardíaco, que é dono da CIRUCOR, para colocar determinada válvula, sob pena de morte da esposa do Apelante.

Ele deu o cheque, deu para o Hospital. Nós negociamos isso, fui eu quem negociou. A MEDIAL pagou ao Hospital, e ficou pendente a parte dele. E, por solicitação do próprio Apelado, não foi incluído o nome dele, por quê? Porque a ação dizia especificamente que o valor iria para a CIRUCOR.

Com essas razões, espero ter sido breve, não ter incomodado.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE E REVISOR)

Agradecendo a contribuição de Vossa Excelência, peço o voto do eminente Relator.

VOTO DO RELATOR: FLS. 162/166 DOS AUTOS.

PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA – CERCEAMENTO DE DEFESA:

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE E REVISOR)

Também rejeito.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Acompanho a Turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRELIMINAR DE EXISTÊNCIA DE CONEXÃO ENTRE A AÇÃO DE COBRANÇA E A AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE E REVISOR)

O Relator rejeita a preliminar. E não há também possibilidade de julgamentos contraditórios. Eu rejeito também.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Com a Turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE CONEXÃO DE AÇÕES."

MÉRITO.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (RELATOR)

Meu voto, Senhor Presidente, está lançado apenas em duas laudas e é negando provimento ao recurso. Dispensando a leitura, mas faço um resumo, dizendo que:

Como, por acaso, envolvido na situação do Apelante, faria a mesma coisa, e, graças a Deus, a esposa está viva. Mas ele tem o direito de receber o cheque, de pagar o cheque porque isso é questão civil.

O pagamento do cheque numa situação de risco, de perigo iminente, ele se exime da área criminal, na minha concepção. Ele não responderá criminalmente por isso. Mas, civilmente, o serviço foi prestado e ele deve honrar com o compromisso civil do pagamento do cheque. Agora, tem o direito de buscar esse valor, na medida do contrato de seguro saúde dele. Acredito que se esse médico não fizesse parte dos quadros da MEDIAL SAÚDE, que é a empresa seguradora dele, então, ele deve buscar esse ressarcimento junto à MEDIAL SAÚDE, mas o Hospital, onde foi realizada a cirurgia – nenhuma relação guarda com esse contrato de seguro saúde e era o direito dele exigir.

Portanto, Senhor Presidente, devo me inclinar realmente, como me inclino, por negar provimento ao recurso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE E REVISOR)

O meu voto, em revisão, é também nesse mesmo sentido.

Essa observação feita pelo Desembargador Agenor Ferreira Lima é interessante, quer dizer, o cheque, ele não se prestaria, sem previsão de fundo, para uma ação penal, mas como confissão e reconhecimento de que dívida houve, ele é um instrumento válido, até mesmo porque o hospital não é credenciado da MEDIAL, não tem, na MEDIAL, como credenciado. Então, não estaria obrigado a aceitar internamento de pessoas de um Plano que ele não tem convênio nem vínculo com aquele Plano.

Acompanho o eminente Relator.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (RELATOR)

Senhor Presidente, permita-me apenas e eu diria o seguinte: se realmente é caso de urgência, já fica aí a brecha – porque o direito do ora executado aqui não está perdido não. Ele vai buscar da seguradora saúde dele e integral, porque foi de urgência, é o médico que tiver. Que discuta com o médico se os honorários foram altos, a Seguradora. Mas ele tem direito a ressarcimento integral. Isso é do próprio contrato de seguro.

É isso que eu diria.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

A outra ação é o quê, Desembargador?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (RELATOR)

A outra é Obrigação de Fazer, porque ele deixou o cheque caução, mas ele entrou contra a Seguradora, para que pagasse ao hospital.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Ele entrou também com outra ação, para a MEDIAL pagar?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (RELATOR)

Sim.

DOUTOR GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI (ADVOGADO OAB/PE 16104, REPRESENTANDO O APELANTE)

O Apelante entrou para a MEDIAL pagar ao ora Apelado, não é para esse Apelante receber nada.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Sim, foi a primeira ação que houve a negativa, então, ele entrou com a ação para a MEDIAL pagar.

DOUTOR GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI (ADVOGADO OAB/PE 16104, REPRESENTANDO O APELANTE)

Doutor Roberto, não foi julgado ainda. Está há 16 meses conclusivo.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Ele entrou para que a MEDIAL pagasse o serviço?

DOUTOR GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI (ADVOGADO OAB/PE 16104, REPRESENTANDO O APELANTE)

O Médico entrou contra a pessoa física.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (RELATOR)

Nesse caso aqui, mas ele entrou contra a Seguradora de Saúde, para que pague ... (interrompido).

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Mas aqui não é o Paulo Santana de Oliveira? Paulo Santana é o marido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DOUTOR GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI (ADVOGADO
OAB/PE 16104, REPRESENTANDO O APELANTE)

Posso só fazer um esclarecimento? Paulo Santana colocou contra a MEDIAL.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Mas aqui fala que é contra CIRUCOR TÓRAX.

DOUTOR GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI (ADVOGADO
OAB/PE 16104, REPRESENTANDO O APELANTE)

CIRUCOR, que é do Doutor Pedro Salerno, colocou contra Paulo Santana, tendo em vista que não saía a sentença na 16ª. Isso é uma consequência da outra ação.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (RELATOR)

Desembargador Roberto Maia, o Apelado aqui, porque o Juiz julgou procedente – quem apelou foi o que passou o cheque. O Hospital que cobrou dele. Ele, que passou o cheque, entrou contra o Plano de Seguro dele, para que pague. Essa ação não foi julgada ainda.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Essa é outra ação.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE E REVISOR)

Está tentando receber do Plano de Saúde.

Como vota, Desembargador?

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Acompanho a Turma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO

**"MÉRITO: "POR UNANIMIDADE DE VOTOS NEGOU-SE PROVIMENTO À
APELAÇÃO."**

P₈

P₈